



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 17 de Março de 2022  
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XVI

Nº 2318



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1794, DE 15 DE MARÇO DE 2022.



*"Dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários e não tributários da Administração Direta e dá outras providências".*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder benefício fiscal aos contribuintes e devedores da Fazenda Pública Municipal da Administração Direta que efetuarem o pagamento de seus débitos tributários e não tributários ou firmarem termo de confissão de dívida para pagamento parcelado, nos termos desta Lei.

**Art. 2º** Os débitos tributários e não tributários de que tratam a presente Lei são os considerados vencidos até o ano fiscal de 2021, ou seja, 31/12/2021, e que tenham valor igual ou superior a R\$ 9.000,00 (nove mil reais), os quais poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) vezes, permanecendo como fator de atualização dos débitos o índice relativo ao INPC, com os seguintes descontos nos juros e multas:

- I - 100% (cem por cento) para pagamento à vista;
- II - 60% (sessenta por cento) para pagamento em até 04 (quatro) parcelas;
- III - 40% (quarenta por cento) para pagamento em até 12 (doze) parcelas;
- IV - 0% (zero por cento) para parcelamentos acima de 12 (doze) parcelas.

**Art. 3º** Os contribuintes e devedores com débitos inferiores a R\$ 9.000,00 (nove mil reais), que confessarem seus débitos, poderão firmar termo de parcelamento para pagamento em até 24 (vinte e quatro) vezes, de forma mensal, podendo ser concedidos os seguintes descontos nos juros e multas:

- I - 100% (cem por cento) para pagamento à vista;
- II - 60% (sessenta por cento) para pagamento em até 04 (quatro) parcelas;
- III - 40% (quarenta por cento) para pagamento em até 8 (oito) parcelas;
- IV - 0% (zero por cento) para parcelamentos acima de 8 (oito) parcelas.

**Art. 4º** Os benefícios previstos nos arts. 2º e 3º serão estendidos aos contribuintes e devedores cobrados em juízo desde que, se tiverem embargado a execução ou de qualquer forma impugnado a pretensão do Município, desistam dos embargos ou impugnação e efetuem o pagamento do débito.

**§ 1º** O parcelamento efetuado nos termos desta Lei abrangerá o principal, juros, multa, atualização monetária e demais encargos previstos em lei ou contrato, apurados à época de sua concessão, inclusive aquele constituído somente de multa isolada por descumprimento de obrigação tributária acessória.

**§ 2º** O parcelamento concedido deverá ser pago mensalmente, em parcelas iguais e sucessivas, a partir da data do deferimento do requerimento, sem prazo de carência, sendo que cada parcela não terá valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física e R\$ 200,00 (duzentos reais) para pessoa jurídica.

**§ 3º** O não cumprimento do referido termo de parcelamento, nos termos desta Lei, com atraso por prazo superior a 60 (sessenta) dias consecutivos ou por 02 (duas) parcelas alternadas, ensejará a perda dos benefícios de redução de juros e multa moratória, hipótese em que o débito voltará aos valores confessados e revestir-se-á de aptidão para a imediata execução fiscal a ser promovida pelo município.

**§ 4º** As reduções ou descontos de que tratam esta Lei não se acumulam com outros previstos na legislação tributária em razão da data de pagamento, nem com qualquer outro benefício de mesma natureza.

**§ 5º** O crédito tributário de que trata este artigo será atualizado até a data do efetivo parcelamento.

**§ 6º** Os benefícios previstos neste artigo não alcançam as importâncias já recolhidas.

**§ 7º** Os contribuintes que parcelarem seus débitos terão certidão positiva com efeito de negativa, com prazo de validade não superior a 60 (sessenta) dias, somente após o pagamento da 1ª (primeira) parcela, que deverá ser efetuado no ato do deferimento do requerimento.

**Art. 5º** O parcelamento ficará sem efeito, motivando a antecipação de todas as parcelas vincendas quando:

I - em se tratando de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, houver venda do imóvel sobre o qual tenham recaído as dívidas parceladas e ainda não vencidas, quando, inclusive, a liquidação do saldo remanescente deverá preceder à respectiva transmissão do bem;

II - em qualquer caso, houver declaração de falência ou recuperação judicial;

III - houver inadimplência no pagamento das parcelas.

**Parágrafo único.** O não cumprimento do parcelamento nas condições estabelecidas nesta Lei implica desistência e cancelamento automático, com restabelecimento pleno da dívida e restauração das deduções eventualmente concedidas, subtraídos os valores pagos.

**Art. 6º** O pedido de parcelamento importa confissão irretratável e extrajudicial do débito e implica expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência em relação àqueles já interpostos.

**Art. 7º** O devedor poderá promover a liquidação antecipada, total ou parcial, do crédito parcelado.

**Art. 8º** Os créditos objetos de parcelamentos pretéritos efetivados antes da vigência desta Lei poderão, uma única vez, no interesse e conveniência do contribuinte, ser objeto de novo parcelamento, observados os critérios, limites e condições desta Lei, consolidando-se o saldo devedor atualizado na data do requerimento do novo parcelamento.

**Art. 9º** Na hipótese de ação judicial ajuizada pelo contribuinte, a concessão do benefício de que trata esta Lei fica condicionada à desistência da ação e ao pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios, se for o caso.

**Art. 10** Às dívidas tributárias já prescritas dar-se-á a respectiva baixa no sistema e, por consequência, não poderá haver recusa à emissão de certidão negativa de débito (CND).

**Art. 11** Os contribuintes e devedores da Fazenda Municipal poderão utilizar-se dos benefícios desta Lei até 31 de agosto de 2022.

**Art. 12** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 15 de março de 2022.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1795, DE 15 DE MARÇO DE 2022.



*"Institui o Programa de Recuperação de Créditos do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo/MG – DMAE e estabelece normas relativas à liquidação dos débitos na forma que especifica e dá outras providências".*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Recuperação de Créditos do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo/MG – DMAE, destinado a promover, após requerimento escrito protocolizado no Núcleo de Atendimento do DMAE até 31 de dezembro de 2022, a regularização dos créditos tarifários ou não, vencidos até 31 de dezembro de 2021, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizadas ou não suas cobranças, mediante a concessão de descontos que incidirão exclusivamente sobre o valor dos juros e das multas, variando da seguinte forma:

**I** - desconto de 100% (cem por cento) para pagamento à vista em parcela única;

**II** - desconto de 90% (noventa por cento) para pagamento em até 12 (doze) parcelas;

**III** - desconto de 80% (oitenta por cento) para pagamento em até 18 (dezoito) parcelas;

**IV** - desconto de 70% (setenta por cento) para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas;

**V** - desconto de 60% (sessenta por cento) para pagamento em até 30 (trinta) parcelas.

**§ 1º** Os descontos de que tratam os incisos deste artigo não se acumulam com outros benefícios previstos nas demais legislações, não alcançam as importâncias já recolhidas, nem os débitos já quitados, e não geram direito à restituição.

**§ 2º** A negociação dos débitos de que trata esta Lei poderá ser feita por exercício ou por grupo de exercícios mais antigos na forma estabelecida no *caput* deste artigo.

**§ 3º** O pagamento da primeira parcela ou parcela única dar-se-á na data do deferimento, ficando estabelecido para as demais parcelas, nos casos de parcelamento, o vencimento no prazo de 30 (trinta) dias após a data fixada para o pagamento da primeira, e as demais na mesma data dos meses subsequentes.

**§ 4º** O valor da parcela não poderá ser inferior a R\$ 20,00 (vinte reais) para pessoa física e R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa jurídica.

**§ 5º** O atraso no pagamento de qualquer das parcelas avençadas com base nesta Lei Complementar implicará no acréscimo de juros de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela em atraso.

**§ 6º** No ato do parcelamento junto ao DMAE o usuário deverá assinar Termo de Confissão de Dívida – TCD, no qual haverá reconhecimento expresso, irrevogável e irretroatável do débito, bem como a impossibilidade de sua discussão seja nas vias administrativas ou judiciais.

**Art. 2º** Os usuários com débitos já parcelados poderão aderir ao Programa de Recuperação de Dívidas de Créditos de titularidade do Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE de que trata esta Lei, mediante a formalização de novo termo de confissão de dívida, para obter os benefícios instituídos por esta Lei.

**§ 1º** Em havendo a renegociação de dívidas, a negociação anterior será desconsolidada, deduzidas as parcelas pagas, retornando as dívidas ao estado anterior, com o reestabelecimento de juros, multas, atualização e demais encargos, para que, então, seja possível nova e imediata negociação com a concessão dos benefícios previstos por esta Lei.

**§ 2º** Os eventuais créditos gerados por desconsolidação de negociação anterior superiores ao valor da nova negociação realizada com base nesta Lei não serão restituídos.

**Art. 3º** As negociações de dívidas que se encontrem em processo de execução fiscal e que forem efetivadas com base no *caput* do art. 1º provocarão a suspensão do processo após a confirmação do pagamento da primeira parcela ou de extinção, por advento do pagamento da última ou da parcela única.

**§ 1º** As providências judiciais de suspensão e extinção dos executivos fiscais ficarão a cargo da Procuradoria do Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, nos processos respectivos, após encaminhamento do termo de negociação e confirmação do pagamento pelo órgão competente.

**§ 2º** A suspensão da exigibilidade, para fins de expedição de certidões, será reconhecida após a comprovação da regularidade do parcelamento.

**Art. 4º** O não cumprimento do parcelamento nas condições estabelecidas nesta Lei implicará em sua desistência, determinando o seu cancelamento automático e o restabelecimento pleno da dívida, com restauração das deduções concedidas, subtraídos os valores pagos, sem necessidade de comunicação.

**§ 1º** Para todos os efeitos legais, considera-se desistente do parcelamento de que trata esta Lei o usuário que se tornar inadimplente por mais de 60 (sessenta) dias.

**§ 2º** O benefício previsto nesta Lei poderá ser concedido uma única vez.

**§ 3º** O devedor poderá promover a liquidação antecipada, total ou parcial, do débito parcelado, caso em que não haverá incidência de deduções.

**Art. 5º** A solicitação do parcelamento deverá ser formalizada através

de requerimento escrito, no Núcleo de Atendimento do Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, especificando-se a forma de pagamento e a condição do requerente em relação ao crédito.

**Art. 6º** É condição essencial, para o deferimento do benefício de que trata esta Lei, que o devedor, na vigência do acordo, não esteja inadimplente perante o Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo – DMAE, em relação ao exercício corrente ao da formulação do requerimento, referente ao imóvel objeto da pretensão.

**Art. 7º** Os usuários com débitos junto ao DMAE que não aderirem ao programa na data limite prevista no *caput* do art. 1º ou, aderindo, venham descumprir com o parcelamento nas condições estabelecidas nesta Lei estarão sujeitos ao protesto extrajudicial da dívida conforme disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei Municipal nº 1.278/2015.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 15 de março de 2022.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município

**RICARDO DE CASTRO SILVA**  
Diretor Geral do DMAE



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

**LEI Nº 1796, DE 15 DE MARÇO DE 2022.**



“Revoga a Lei nº 1615, de 23 de junho de 2020.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica revogada a Lei nº 1615, de 23 de junho de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras faciais em todos os ambientes públicos e privados do Município de Monte Carmelo enquanto durar o estado de emergência em saúde pública, em razão do combate à COVID-19.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 15 de março de 2022.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

**LEI Nº 1797, DE 15 DE MARÇO DE 2022.**



“Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial no exercício 2021, na forma que especifica e dá outras providências”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial, no orçamento do Município no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), visando à criação de dotação orçamentária, conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde		
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde		
Sub Unidade	05 - Bloco de Vigilância		
Função	10 - Saúde		
Subfunção	305 - Vigilância Epidemiológica		
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos		
Projeto/Atividades	2.327 - Promover a Vigilância Epidemiológica		
Elemento	4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente	Fonte Recursos: 264 - Emendas Parlamentares Individuais- Transferência Especial	Valor R\$ 45.000,00

**Art. 2º** Para cobertura do crédito adicional de natureza especial, aberto por esta Lei, serão utilizados como fonte de recurso o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recursos conforme especificado abaixo:

- I - Fonte de Recursos: 264 - Emendas Parlamentares Individuais - Transferência Especial;
- II - Total Geral: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 15 de março de 2022.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**DECRETO Nº 2520, DE 17 DE MARÇO DE 2022.**

*"Dispõe sobre a cessão de uso de bem público municipal na forma que especifica."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI, da Lei Orgânica do Município,

**CONSIDERANDO** que os bens públicos que integram o patrimônio municipal são de propriedade do Município, representado legalmente pelo Prefeito Municipal;

**CONSIDERANDO** que o art. 70, XXVI, da Lei Orgânica Municipal estabelece que compete ao Prefeito, dentre outras atribuições, diligenciar sobre a administração dos bens do Município e sua alienação, na forma da lei;

**CONSIDERANDO** que o art. 89 da Lei Orgânica Municipal dispõe que "cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços";

**CONSIDERANDO** que o exercício dessa atribuição independe de qualquer autorização legislativa por ser inerente à atividade do administrador público;

**CONSIDERANDO** que o Poder Executivo Municipal pode transferir à Câmara Municipal apenas o poder de administração dos bens públicos, vez que referidos bens são de propriedade do Município e não de seus órgãos, face à inexistência de personalidade jurídica dos órgãos públicos;

**CONSIDERANDO** que a Câmara Municipal possui autonomia administrativa, mas seus bens pertencem ao Município, competindo ao Poder Legislativo apenas a guarda da posse;

**CONSIDERANDO** que a transferência de bens públicos para a Câmara Municipal pode se implementar mediante ato do Chefe do Poder Executivo, autoridade competente para dispor sobre a administração dos bens pertencentes ao Município;

**CONSIDERANDO** que os bens públicos podem ser transferidos de um órgão para outro mediante cessão de uso, não se exigindo, para tanto, autorização legislativa;

**CONSIDERANDO** que, na lição de Hely Lopes Meireles, a "cessão de uso é a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado." (2006, p. 526.);

**CONSIDERANDO** que a Câmara Municipal de Monte Carmelo não dispõe de sede própria para funcionamento e que o Município possui imóvel capaz de atender as necessidades do referido órgão;

**CONSIDERANDO** que a cessão constitui ato de colaboração entre os entes públicos;

**CONSIDERANDO** o interesse na cessão de imóvel pertencente ao Município de Monte Carmelo, registrado sob o número de matrícula 25.144 do Livro 2 do CRI de Monte Carmelo, com área de 6.120,00 m² (seis mil cento e vinte metros quadrados), situado entre as Ruas Thomé de Souza, Men de Sá e Duarte Costa, s/n, Bairro Jardim dos Ipês, Monte Carmelo/MG,

**CONSIDERANDO** que o interesse foi manifestado expressamente por todos os Vereadores por meio do Requerimento nº 87/2021, de 26 de outubro de 2021;

**CONSIDERANDO** que o requerimento atende ao interesse público;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica cedido à Câmara Municipal de Monte Carmelo o imóvel registrado sob o número de matrícula 25.144 do Livro 2 do CRI de Monte Carmelo, com área total de 6.120,00 m² (seis mil cento e vinte metros quadrados), área construída de 1.156,66 m² (mil cento e cinquenta e seis, vírgula sessenta e seis metros quadrados), situado entre as Ruas Thomé de Souza, Men de Sá e Duarte Costa, s/n, Bairro Jardim dos Ipês, Monte Carmelo/MG, para funcionamento e sede do Poder Legislativo Municipal.

**Parágrafo único.** Para fins do disposto no *caput*, será formalizado termo de cessão de uso gratuito, com vigência por tempo indeterminado, observado o disposto no art. 89 da Lei Orgânica Municipal.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 17 de março de 2022.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 24/2022 NA FORMA: ELETRÔNICA.** A Secretária Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 29 de março de 2022, às 09:00 horas o Pregão SRP nº 24/2022 – Modo de Disputa Aberto na Forma Eletrônica, tipo menor preço por item. Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Escolar, Material Pedagógico e Material de Escritório, para atender diversas Secretarias e Setores da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG. Regionalizado, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Entrega das Propostas: a partir de 17/03/2022 no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br). Abertura da Sessão do Pregão Eletrônico: 29/03/2022 às 09:20min no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br). Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail [licitacao@montecarmelo.mg.gov.br](mailto:licitacao@montecarmelo.mg.gov.br). O edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br) e [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 15 de março de 2022. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 16/2022, FORMA: PRESENCIAL– PROCESSO Nº 28/2022.** Objeto: Refere-se a Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Segurança não Armada, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo – MG. Com Cota e Reserva de Itens para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 28/2022, modalidade Pregão SRP nº 16/2022 – Tipo: menor preço por item. **Empresa Habilitada:** Carlos Roberto Generoso Eireli – ME, CNPJ: 19.067.921/0001-08. Data: 09/03/2022. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 16/2022, FORMA: PRESENCIAL– PROCESSO Nº 28/2022.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 28/2022, modalidade Pregão SRP nº 16/2022 – Tipo: menor preço por item, em favor da Empresa: Carlos Roberto Generoso Eireli – ME, CNPJ: 19.067.921/0001-08. Data: 09/03/2022. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 16/2022, FORMA: PRESENCIAL, PROCESSO Nº 28/2022. Órgão Gerenciador:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresa:** Ata



## **EXPEDIENTE**

### **DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)